

CONSIDERAÇÕES E INDICATIVOS DA ASSEMBLEIA NACIONAL DE 04 DE OUTUBRO DE 2024

A Direção Nacional convocou Assembleia Nacional nesta sexta-feira (4 de outubro), para deliberação, pela categoria, de ações de mobilização no enfrentamento ao governo federal até que se cumpram os acordos firmados com a categoria.

Nesta assembleia, os Auditores-Fiscais decidirão pelo acirramento das ações de mobilização. Como primeiro resultado das ações realizadas até agora, duas reuniões sinalizam avanços na abertura das negociações. No dia 2 de outubro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, recebeu o Sindifisco Nacional e se comprometeu a levar a reivindicação da abertura da Mesa Específica dos Auditores-Fiscais à ministra da Inovação e Gestão, Esther Dweck. É no âmbito do Ministério da Gestão e Inovação (MGI) que a negociação da importante pauta do reajuste no vencimento básico será tratada. Estiveram presentes Direção Nacional e Mesa do CDS.

Na mesma reunião de 2/10, o secretário Robinson Barreirinhas disse que, nos próximos dias, chamará o Sindicato para o retorno às pautas apresentadas à Administração da Receita pela Direção Nacional em 17/9. Naquela data, Barreirinhas se comprometeu a analisar, em até 15 dias, as reivindicações dos Auditores-Fiscais e facilitar a interlocução com o Ministério da Gestão e Inovação (MGI). O primeiro passo neste caminho foi a reunião realizada com Fernando Haddad.

CENÁRIO RECENTE: A categoria decidiu, em 12 de julho, entrar em estado de mobilização em enfrentamento ao governo federal por quebra do acordo, pelo MGI, para instalação da Mesa Específica e Temporária dos Auditores-Fiscais. A mobilização segue se intensificando enquanto, em uma frente paralela, a Direção Nacional trabalha em forte articulação política que vem resultando nas reuniões com o ministro Haddad e a visita do Chefe de Gabinete da Presidência da República ao Sindicato, no dia 25/9.

Essas reuniões são avanços dessa interlocução junto ao governo para levar a importância das pautas da categoria.

CONSIDERAÇÕES DOS INDICATIVOS 1 E 2 - A Secretaria de Relações de Trabalho do MGI ainda não definiu sobre a instalação da Mesa Específica e Temporária dos Auditores-Fiscais. Apesar da pressão dos Auditores que, desde o início do ano, vêm cobrando do governo federal o reajuste do Vencimento Básico, o secretário José Lopez Feijóo insiste na tese, completamente equivocada, de que a pauta remuneratória da categoria teria sido atendida quando foi regulamentado o bônus de eficiência.

Foi o MGI quem propôs um termo de acordo se comprometendo a instalar a mesa específica. A expectativa de iniciar a negociação sobre a recomposição inflacionária no Vencimento Básico foi decisiva para assinatura do Termo de Acordo proposto pelo MGI em abril de 2024. Na **cláusula segunda** do referido termo, o **Ministério se comprometia a instalar, até julho deste ano, todas as mesas específicas, de todos os signatários do acordo, para dar continuidade às tratativas sobre reestruturação de carreiras e reajuste de remuneração.**

São dois os acordos descumpridos pelo governo federal com a categoria. Além da flagrante inadimplência do MGI em relação ao termo de acordo assinado com a categoria em abril, que garantia a abertura da Mesa Específica dos Auditores-Fiscais, também no termo de acordo sobre a regulamentação do bônus está formalizado que as demais pautas remuneratórias da categoria não estavam contempladas e ainda seriam objeto de discussão com o governo federal.

Direção Nacional propõe, no **INDICATIVO 1**, o engajamento total da categoria na realização de Atos Públicos Regionais, na sede das dez Superintendências da Receita Federal na quinta-feira, dia 10 de outubro. Os Auditores-Fiscais lotados nas demais cidades de cada Região Fiscal deverão se organizar em caravanas para o deslocamento até o local do Ato Público Regional.

A participação de Auditoras e Auditores-Fiscais ativos e aposentados nestes atos públicos é de extrema importância para que o governo compreenda a indignação da categoria e sua capacidade de mobilização. Afinal, como disse o ministro da Fazenda na reunião recente de 2/10, “se a Receita Federal não funcionar o governo não funciona”.

É necessário que os custos dos Atos Públicos sejam suportados pelo movimento. Para isso existe o Fundo de Mobilização, com recursos atuais na casa do R\$ 5.8 milhões, que tem definido em estatuto sua destinação (transporte, hospedagem e alimentação). Despesas relacionadas à mobilização podem ser custeadas por tal fundo desde que aprovadas em assembleia.

Por esta razão, o **INDICATIVO 2** coloca para deliberação dos filiados a autorização para o uso dos recursos do Fundo de Mobilização para custear as despesas referentes aos Atos Públicos Regionais, com deslocamento, alimentação e, caso necessário, hospedagem. Essa organização financeira é indispensável para que os Auditores-Fiscais de todo o país possam se deslocar para as sedes das superintendências e participar da manifestação. A estimativa é do uso de recursos em torno de R\$ 950 mil na realização dos Atos Públicos Regionais.

O **INDICATIVO 3** trata de reuniões e treinamentos no âmbito da Receita Federal. A categoria reafirma a não participação em **reuniões presenciais ou virtuais e de treinamentos virtuais e presenciais**. Essas deliberações são importantes sinalizadores, para a Administração da Receita Federal, de que a categoria tem força para intervir no andamento dos processos e prazos. A adesão dos Auditores-Fiscais a esse indicativo é primordial para garantia dos direitos e prerrogativas do cargo e assinalar a importância do Auditor para o Estado brasileiro.

A mobilização da categoria é uma mensagem indiscutível de que estamos unidos e firmes nesse propósito. O comprometimento e a participação efetiva de todos os Auditores-Fiscais são fundamentais para o êxito da nossa mobilização. **No INDICATIVO 4**, a Direção Nacional propõe, para deliberação da categoria, **PARALISAÇÃO DE 24**

HORAS no dia 17 de outubro (quinta-feira), quando não deve ser realizada nenhuma atividade de qualquer natureza, observando que é necessário manter o quantitativo mínimo de 30% de postos de trabalho em cada unidade e manter equipe para análise e desembaraço das cargas prioritárias, definidas em lei (cargas vivas, perigosas, perecíveis, medicamentos etc.). Os descontos na remuneração dos Auditores-Fiscais que aderirem serão suportados pelo Sindifisco Nacional com a utilização dos recursos do Fundo de Corte de Ponto.

A Direção Nacional propõe também a retomada **(INDICATIVO 5) dos Dias Sem Computador e Operação-Padrão, às terças e quartas, a partir de 22 de outubro**. Nestes dias, todas as Auditoras e Auditores-Fiscais não deverão ligar os computadores nem acessar ou se envolver em nenhuma operação da Receita Federal. **As orientações estão no ANEXO 1 destas Considerações.**

Não iremos aceitar essa quebra de acordo e consideramos inaceitável nossa categoria ter o seu vencimento básico congelado desde 2016 – exceção aos 9% conquistados depois de muita pressão na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), em 2023. A mobilização da categoria é uma mensagem indiscutível de que estamos unidos e firmes nesse propósito. O comprometimento e a participação efetiva de todos os Auditores-Fiscais são fundamentais para o êxito da nossa mobilização.

A DIREÇÃO NACIONAL ENCAMINHA FAVORAVELMENTE A TODOS OS INDICATIVOS

**INDICATIVOS PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL DE 04 DE OUTUBRO DE
2024**

Favor encaminhar o resultado por meio do Portal de Serviços.

DS: _____

Nº de Auditores-Fiscais presentes:

Ativos: ____ Aposentados: ____ TOTAL: _____

Indicativo 1 – Os Auditores-Fiscais aprovam a realização de Atos Públicos Regionais, na sede das dez Superintendências da Receita Federal na quinta-feira, dia 10 de outubro. Os Auditores-Fiscais lotados nas demais cidades de cada Região Fiscal deverão se organizar em caravanas para o deslocamento até o local do Ato Público Regional.

- a) Sim
- b) Não
- c) Abstenção

Indicativo 2 – Os Auditores-Fiscais deliberam pela utilização de recursos do Fundo de Mobilização para custear despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem dos Auditores-Fiscais que participarem dos Atos Públicos Regionais.

- a) Sim
- b) Não
- c) Abstenção

Indicativo 3 - Os Auditores-Fiscais reafirmam a decisão de não participar de quaisquer reuniões, presenciais ou virtuais, bem como quaisquer treinamentos, presenciais ou virtuais, no âmbito da RFB com a garantia de ressarcimento, pelo fundo de corte de ponto, de eventuais gastos decorrentes de tal deliberação (no caso de impossibilidade de cancelamento tempestivo da participação presencial).

- a) Sim
- b) Não
- c) Abstenção

Indicativo 4 - Os Auditores-Fiscais deliberam pela realização de vinte e quatro horas de paralisação na quinta-feira 17 de outubro. Observando que é necessário manter o quantitativo mínimo de 30% de postos de trabalho em cada unidade; manter equipe para análise e desembaraço das cargas prioritárias, definidas em lei (cargas vivas, perigosas, perecíveis, medicamentos etc.). Os descontos na remuneração dos Auditores-Fiscais que aderirem serão suportados pelo Sindifisco Nacional com a utilização dos recursos do Fundo de Corte de Ponto.

- a) Sim
- b) Não
- c) Abstenção

Indicativo 5 - Os Auditores-Fiscais aprovam a realização de Dias sem Computador – APAGÃO, na Zona Secundária, Operação-Padrão, na Zona Primária, às terças-feiras e quartas-feiras a partir de 22 de outubro, de acordo com as orientações do ANEXO 1.

- a) Sim
- b) Não
- c) Abstenção